

gestão

ANOS SEM CONCURSOS PÚBLICOS NA SAÚDE COBRAM SEU PREÇO À POPULAÇÃO E AOS PROFISSIONAIS

Arrumando a casa

O INCA tem quase 5 mil profissionais – mais precisamente, 4.914, segundo dados do fim de 2023. Pode parecer bastante, mas a instituição conta com 18 unidades no Rio de Janeiro, sendo cinco hospitalares. Além disso, o que esse número não revela é a quantidade de pessoal que o Instituto vem perdendo ao longo dos anos: hoje, o déficit chega a 1.130 servidores, cerca de 700 apenas na área assistencial.

Carência de pessoal no serviço público não é um problema novo. Nos últimos anos, muitos órgãos federais não puderam realizar concursos e tiveram seu efetivo reduzido por aposentadorias, mortes ou outros motivos. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social do Rio, faltam 12 mil profissionais nos seis hospitais da rede federal no estado: Andaraí, Cardoso Fontes, Bonsucesso, Lagoa, Servidores e Ipanema.

No INCA, como se não bastasse o déficit atual, 10% dos servidores estatutários recebem abono de permanência: ou seja, continuam na ativa, mas já preencheram os requisitos e podem se aposentar. “Uma instituição como a nossa precisa de transmissão de conhecimento. Esses profissionais têm muita informação acumulada que precisa ser repassada para as novas gerações, mantendo a *expertise* do Instituto”, diz o diretor-geral, Roberto Gil. Sem agilidade na reposição de pessoal, esse processo pode ficar comprometido.

Há outro problema à vista: em maio, 1.786 contratos temporários vão expirar. O Instituto pediu ao Ministério da Saúde (MS) que sejam prorrogados até dezembro e também solicitou ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorização para contratar temporariamente os 1.130 profissionais para suprir o déficit. Essa falta de pessoal já tem reflexos no atendimento: em 2023, salas de cirurgia tiveram que ser fechadas, sobretudo por carência de enfermeiros, e o percentual de exames citopatológicos liberados em até 20 dias ficou 20% abaixo da meta, devido à redução no número de médicos patologistas.

SOLUÇÃO PARCIAL

Há algumas iniciativas para resolver parcialmente o problema. O MS fará, em caráter emergencial [as inscrições ocorreram em março], processo seletivo para contratar, pelo prazo de seis meses, que podem ser prorrogados, 479 profissionais para seis hospitais e três institutos federais – entre eles, o INCA –, todos no município do Rio de Janeiro. Dessas vagas para contratação imediata, 31 são para médicos cancerologistas, seis deles especializados também em pediatria, e outros seis cirurgiões oncológicos. Há, ainda, 17 posições para farmacêuticos oncológicos e 12 para físicos médicos. No entanto, contratos por prazo determinado não são a solução ideal. “Por serem temporários, às vezes esses profissionais saem antes de o contrato terminar, antes de prescindirmos deles. E sem que haja substituição por uma força efetiva de trabalho, já que não temos concurso para cargos efetivos desde 2014”, argumenta Gil.

Segundo o diretor-geral, um dos debates em curso no Ministério da Gestão e da Inovação envolve o modelo de contratação a ser adotado nos institutos nacionais – que, além de prestarem atendimento à população pelo Sistema Único de Saúde, desenvolvem políticas públicas, fazem pesquisa e formam mão de obra especializada. No caso do INCA, políticas de

“Uma instituição como a nossa [INCA] precisa de transmissão de conhecimento. Esses profissionais têm muita informação acumulada que precisa ser repassada para as novas gerações, mantendo a *expertise* do Instituto”

ROBERTO GIL, diretor-geral do INCA

prevenção contra o câncer compreendem, por exemplo, embates com a indústria tabageira e com o agronegócio. Quem fica à frente dessas questões precisa, entre outras coisas, gozar de estabilidade. “Em áreas técnicas, onde se mexe com determinantes comerciais, é importante a contratação pelo Regime Jurídico Único, para que o funcionário possa confrontar interesses”, afirma Gil, que defende a adoção de um sistema híbrido para reposição de pessoal, “sem uma solução única para todas as situações”.

Apesar da deficiência de recursos humanos, o INCA – assim como outros institutos federais na área da Saúde – não aderiu ao Concurso Público Nacional Unificado, lançado em janeiro pelo MGI. O “Enem dos Concursos”, como está sendo chamado, visa preencher 6.690 vagas em 21 órgãos, entre eles o próprio MS, sob o Regime Jurídico Único (RJU). Gil não considera necessário que toda a força de trabalho seja admitida pelo RJU. “Na área assistencial, dificilmente há conflitos de interesse em que a estabilidade se faça necessária”, diz ele. A assistência compreende médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, farmacêuticos e técnicos de enfermagem e radioterapia.

LEITOS SÃO INSUFICIENTES

A falta de mão de obra também afeta outra grande unidade no estado: o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, que pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Hospital do Fundão, como é conhecido, atende a 42 especialidades médicas e tem, hoje, 1.048 pacientes que fazem tratamento de quimio e radioterapia contra câncer, serviços que não foram afetados pela carência de pessoal. No entanto, o número de leitos disponíveis

é bem inferior ao que seria adequado: há 180 em uso, dos quais entre 90 e 100 ocupados por doentes da oncologia. O ideal seriam 320 – um por aluno – para prestar um ensino de qualidade aos estudantes das áreas médicas.

“Diminuir 140 leitos em 320 é muito impactante, porque o hospital universitário tem perfil de ensino e pesquisa. Precisamos ter uma boa assistência para oferecer qualidade de ensino, pesquisa e extensão. Com essa redução de leitos, quem sofre é a população”, constata Marcos Alpoim Freire, diretor-geral do Clementino Fraga Filho. Segundo ele, o HUCFF, que contava com 3.004 colaboradores no fim de 2023, perdeu 30% do seu pessoal desde o ano 2000, o que equivale a aproximadamente mil profissionais. Desse, 40% são enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Do ponto de vista de gestão de pessoal, o Hos-

“Para o nosso dimensionamento atual, o número está dentro do proposto. Mas, pela demanda do Sistema Único de Saúde, precisaríamos de mais profissionais. A procura supera o que a gente consegue ofertar”

FILIPE CARRILHO, superintendente do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco

pital do Fundão ainda tem uma categoria em extinção: os servidores extraquadro, que já chegaram a 1.200 e hoje somam 583, incluindo enfermeiros e médicos. Segundo Freire, foram admitidos há cerca de 30 anos, de forma precarizada. Não são regidos pelo RJU, pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) nem admitidos por concurso. “É um vínculo inadequado. Eles não têm férias, décimo terceiro nem outras vantagens trabalhistas que a legislação proporciona. Recebem uma remuneração muito ruim, pela universidade”, admite o diretor-geral.

Para resolver esses problemas, o Hospital da UFRJ aposta na adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), em vias de ser concretizada. Ligada ao Ministério da Educação, a Ebserh foi criada em 2011 para gerenciar os hospitais universitários federais. Cada universidade tem autonomia para decidir se integra ou não a estatal. Atualmente, dos 51 hospitais vinculados a 36 universidades federais, 41 são geridos pela empresa.

A UFRJ decidiu fazer parte dessa rede depois de uma ampla consulta a todas as instâncias internas. “Na época da criação da Ebserh, a universidade não quis, por questões políticas. Temia-se a perda da autonomia e uma espécie de privatização dos hospitais universitários, mas isso não aconteceu. De dois anos para cá, levantamos novamente essa questão e obtivemos aprovação em todos os colegiados na hierarquia da UFRJ”, diz Freire.

A expectativa do diretor-geral é que, com a Ebserh, a carência de pessoal seja resolvida. A estatal assume a responsabilidade pela contratação de recursos humanos e aquisição e fornecimento de insumos aos hospitais universitários. Em março, a empresa homologou o resultado de um concurso público para preencher 695 vagas via CLT e formar cadastro





de reserva, válido por um ano e prorrogável por mais um. A distribuição do pessoal vai depender da necessidade de cada unidade da Rede Ebserh.

“Estimulamos as pessoas a fazer o concurso, sobretudo os extraquadros. Organizamos até um treinamento para isso. Como a Ebserh tem um banco de reserva, assim que assinarmos a adesão, havendo vagas, os aprovados podem ser convocados”, aposta Freire. O diretor acredita que, com a entrada da estatal, três novas salas de cirurgia poderão ser abertas, beneficiando mais pacientes com câncer, sobretudo de mama, que formam a maior fila, atualmente com 15 mulheres. Além disso, segundo ele, a quantidade de vagas destinadas à regulação também deverá aumentar.

DEMANDA SUPERA OFERTA

Já no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (HC-UFPE) – que aderiu à Ebserh em 2013 –, o déficit de mão de obra é bem menor: cerca de 90, num universo de 1.351 celetistas e 1.062 sob o RJU. Segundo o superintendente da unidade, Filipe Carrilho, essa carência não chega a afetar o funcionamento da instituição. “Para o nosso dimensionamento atual, o número está dentro do proposto. Mas, pela demanda do Sistema Único de Saúde (SUS), precisaríamos de mais profissionais. A procura supera o que a gente consegue ofertar”, afirma.

Esses 90 incluem tanto cargos administrativos quanto técnicos de enfermagem e enfermeiros. Carrilho assegura, no entanto, que os pacientes de câncer não são prejudicados. “Do ponto de vista médico, conseguimos a reposição pela Ebserh. Temos onco-

logistas clínicos e cirurgiões oncológicos, que nem havia no hospital. Parte do déficit é de enfermagem, mas não prejudicamos a oncologia. Se for necessário, redirecionamos pessoal para lá, por ser uma área mais essencial”, conta.

O HC-UFPE presta, em média, mil consultas ambulatoriais por dia e tem cerca de 280 pacientes internados — 90% da capacidade de ocupação. Considerando ainda os pacientes que procuram a unidade para exames laboratoriais e de imagem, circulam diariamente entre 1.500 e 2.000 pessoas pelo hospital.

No Hospital Universitário Walter Cantídio, da Universidade Federal do Ceará, que também faz parte da Ebserh, a situação é semelhante. O quadro de pessoal determinado pela estatal está praticamente completo, com apenas uma vaga aberta para oncologista clínico. Entretanto, a superintendente da unidade, Josenília Maria Alves Gomes, admite que algumas áreas estão subdimensionadas, como a hematologia. “Aumentamos o serviço, mas não conseguimos ampliar a quantidade de vagas junto à Ebserh. Às vezes, o município e o gestor da rede me pedem para produzir mais”, admite ela.

O Walter Cantídio tem cerca de três mil profissionais assistenciais [médicos, enfermeiros e toda a equipe multidisciplinar], além de terceirizados que cuidam de limpeza e vigilância, por exemplo. Números do DataSUS mostram que, entre 2022 e 2023, só na oncologia, as cirurgias aumentaram 35% [de 126 para 171] e os procedimentos para tratamento cresceram 14% [de 12.728 para 14.474]. Mas aumentar somente o quadro de pessoal não resolve. “Mesmo que a gente quisesse expandir, não temos espaço físico para isso”, afirma Josenília. ■